

A CRISE FINANCEIRA E A SOFT DEFENCE

António Rebelo de Sousa

Professor associado com agregação da Universidade Lusíada de Lisboa
email: antonio.rebelo.sousa@hotmail.com

Resumo: Pretende-se no presente artigo analisar as virtualidades do conceito de soft defence e, muito em particular, da acção subversiva, chamando-se, todavia, a atenção para a indispensabilidade de, concomitantemente, se manter a hard defence.

Procura-se, ainda, sublinhar a importância de uma adequada articulação entre soft defence e hard defence, no actual quadro de crise económica e financeira internacional, apontando-se, simultaneamente, para o reforço da vertente federalista do processo integracionista europeu.

Palavras-Chave: Soft Defence / Hard Defence / Crise Financeira / Europa

Abstract: The purpose of the present article is to analyse the concept of soft defence as well as the significance of active subversion, considering, at the the same time, the necessity of the existence of hard defence.

The author tries to support the idea of the real necessity of putting together soft and hard defence in the present situation, considering also the importance of an evolution towards federalism in Europe.

Key-Words: Soft Defence / Hard Defence / Financial Crisis / Europe

1. Introdução

É do conhecimento geral que, após a crise financeira e económica internacional que se desencadeou nos últimos anos, a que se seguiu a crise das dívidas soberanas, passou a considerar-se mais actual a questão da relevância do que se convencionou designar de *soft defence*.

De facto, faz sentido, hoje em dia, que as organizações, em geral, privilegiem a adopção de estruturas flexíveis que funcionem, sobretudo, na base de custos variáveis e não de custos fixos.

A adopção de estruturas flexíveis permite uma maior adaptabilidade das organizações à conjuntura, evitando-se situações conducentes à existência de pesos mortos, geradores de deseconomias e, por isso mesmo, de ineficiências.

Também ao nível do Estado e, muito em particular, nas áreas da Segurança e da Defesa, faz sentido apostar-se em organizações flexíveis, pelo que se compreende a relevância de que se reveste o novo conceito de *soft defence*.

Vou, todavia, procurar defender uma tese polémica sobre esta matéria, tese essa assente, essencialmente, em quatro pilares, a saber:

- 1º - a adopção de estruturas flexíveis faz, plenamente, sentido em certas sub-áreas de intervenção como, por exemplo, a luta contra o terrorismo e a luta contra a criminalidade;
- 2º - o sistema de *soft-defence* (no sentido da defesa preventiva) mais eficaz consiste na acção subversiva;
- 3º - sem prejuízo do apoio complementar da *soft defence*, continua a apresentar-se fundamental a manutenção de estruturas de *hard defence*, como instrumentos de dissuasão.
- 4º - Na actual situação, se, porventura vier a agravar-se a crise existente na zona do euro, com eventuais divisões profundas na Europa e regresso a experiências inspiradas em modalidades de nacionalismo exacerbado ou de populismo radical, existe o perigo de aproveitamento das novas vulnerabilidades por potências de vocação hegemónica e de concepção de ocupação territorial associada ao exercício do poder imperial.

2. Da Soft Defence

Se centrarmos a nossa análise na luta contra o terrorismo e contra a criminalidade, contribuições analíticas como as de KOLTKO-RIVERA e HANCOCK (2004) ou, ainda, como as de HUDSON (1999) apresentam-se da maior relevância.

Para os autores e, mais especificamente, no que concerne à luta contra o terrorismo, importa considerar três facetas distintas:

- o anti-terrorismo;
- o contra-terrorismo;
- a gestão de danos.

Para a compreensão destas facetas diferenciadas apresenta-se essencial ter em conta o papel da Psicologia, atendendo-se, nomeadamente, aos seguintes domínios do conhecimento:

- psicologia social;
- psicologia de raiz cultural;
- Psicologia Educacional;
- Psicologia do Consumo;
- Psicologia Ambiental.
- Psicometria (entendida como medição de funções, faculdades e manifestações psíquicas).
- HF / E - i.e., Factores Humanos e Ergonomics.

Na acção anti-terrorista, importa ter em conta o comportamento do factor humano¹ (incluindo a função-reacção previsível do terrorista), o meio-ambiente (enquadramento geral), o aprofundamento do conhecimento dos factores condicionantes da acção terrorista e a indispensabilidade do reforço do trabalho em conjunto e em rede.

No contra-terrorismo, convirá salientar a acção preventiva e a capacidade de bloqueamento do seu desencadeamento, na fase inicial, ou de interrupção do eventual ciclo de acção terrorista.

Tal significa que deve procurar-se impedir o desencadeamento de iniciativas (terroristas ou criminais), numa primeira linha de intervenção, ou, então, de se conseguir fechar o ciclo, i.e., de se atingir o objectivo pretendido, numa última linha.

Na limitação / controle de danos (gestão das suas consequências), convirá dar particular relevância à estabilização da situação que venha a verificar-se, a posteriori, apoiando-se as autoridades civis, bem como a mecanismos de evacuação, à promoção da resiliência das populações e ao apoio às vítimas².

¹ STOUT, CE - The Psychology of Terrorism, 14 vols), Praeger, 2002.

² DANIELI, Y; ENGBAHL, B; SCHLENGER, W.C. - The psychosocial aftermath of terrorism, American Psychological

Convirá, todavia, salientar que a forma mais eficaz de implementação de uma estratégia de soft defence está na aposta na subversão.

A primeira regra de quem aposte na Intelligence como modalidade de soft defence deverá consistir em saber colocar-se na posição do opositor, prevendo as suas reacções e antecipando o seu comportamento.

O comportamento humano nem sempre é ditado pela razão, havendo uma componente psicológica muito importante na explicação dos fenómenos económicos, políticos e sociais.

Essa componente psicológica conduz, em muitos casos, a comportamentos de imitação que designo de comportamentos FTL – Follow the leader.

O mecanismo de subversão mais eficaz está na criação de desconfiança em relação ao agente de referência ou leader, construindo-se zonas de clivagem endógenas, desestabilizadoras do núcleo central da organização, gerando-se, por essa via, uma certa incapacidade da acção interventiva.

Como já afirmei anteriormente³, quanto mais rígidas forem as sociedades, mais fácil se torna criar condições potenciadoras de zonas de clivagem, desde que se perca o medo e se consiga fazer evoluir as estruturas organizativas internas para formas preliminares de liberalização e de descentralização.

De facto, o que se apresenta difícil é dar o primeiro passo, i.e., criar condições para formas de flexibilização do relacionamento entre membros ou agentes integradores da comunidade em que se opera.

Qualquer flexibilização que atenuar o clima de terror permitirá iniciar o indispensável processo subversivo, mas, para tal, apresenta-se da maior importância a motivação dos interventores.

E não é com um paradigma em crise – que deveria servir de modelo orientador dos interventores – que o agente subversivo estará, necessariamente, motivado.

Logo, a acção subversiva de sucesso implica que o modelo de referência que inspira os seus agentes não esteja mergulhado numa profunda crise sistémica de consequências imprevisíveis.

Um outro aspecto a considerar tem que ver com o facto de a soft defence – nas mais diversas versões, incluindo forças flexíveis de transporte rápido e adaptáveis aos mais diferentes tipos de terreno – não dispensar a hard defence.

3. Das novas ameaças

Existe o perigo iminente de um acréscimo das vulnerabilidades existentes no que se convencionou designar de Ocidente, nomeadamente ao nível dos países da U.E.

³ SOUSA, António Rebelo de – Tendências actuais da Espionagem Económica, Ver. Segurança e Defesa, nº 7, Set. 2008.

A crise da zona do euro tem vindo a agravar-se, estando a sua raiz fundamental no facto de não existir uma União Monetária completa, ao contrário do que sucede nos EUA.

Não existe um Orçamento Europeu forte, nem tão pouco uma coordenação de políticas económicas e financeiras na Europa.

O BCE – Banco Central Europeu está condicionado em termos de possibilidade de intervenção na aquisição de dívida soberana dos Estados em situação de dificuldade.

O FEEF – Fundo Europeu de Estabilização Financeira não dispõe dos meios necessários à ultrapassagem da actual situação crítica.

Os fundos estruturais apresentam-se insuficientes e o próprio Pacto de Estabilidade deveria sofrer ajustamentos.

A ortodoxia monetarista e o radicalismo de alguns supply siders levaram a que certos sectores passassem a certidão de óbito ao neo-Keynesianismo, com base nos seguintes argumentos sagrados:

- é um modelo não aplicável às pequenas economias abertas;
- é um modelo que privilegia o SBNT – Sector de Bens Não Transaccionáveis, em detrimento do SBT – Sector de Bens Transaccionáveis, o qual se apresenta de maior relevância para uma estratégia de crescimento bem sucedida;
- é um paliativo, contribuindo para inflacionar a economia e desresponsabilizar os políticos;
- é um modelo que conduz a um estado sobre-dimensionado, ao excesso de burocracia, enfim, à ineficiência.

Sucede que, mesmo em economias abertas, não se apresenta correcto afirmar-se que o efeito multiplicador do investimento é, necessariamente, nulo, pois tal só faria sentido se a propensão marginal a consumir produtos nacionais fosse igual a zero.

Acresce ao que se disse que, se se pensar na implementação de uma política macroeconómica consistente ao nível da EU, estaremos confrontados com uma economia fechada, com moeda própria e que poderia passar a ter uma política orçamental própria relevante.

Por outro lado, a ideia de que o modelo Keynesiano privilegia, necessariamente, o SBNT e a adopção de combinações trabalho-intensivas não corresponde à verdade.

Keynes jamais afirmou que o investimento público teria que ser canalizado para o SBNT e para sectores utilizadores de combinações trabalho-intensivas.

O que não significa que, em determinados condicionalismos históricos, políticos e sociais, tal não tivesse sucedido, mas trata-se de algo, totalmente, diferente.

Aliás a tese de acordo com a qual se apresenta fundamental apostar no SBT tem aspectos, altamente, positivos, mas apresenta uma importante debilidade.

De facto, se se pretender contribuir para o crescimento da economia, para o aumento da produtividade e para a expansão das exportações importa apostar no SBT.

O SBT pode ajudar a acelerar o crescimento da economia, a incrementar a produtividade e a melhorar o desequilíbrio externo, mas não soluciona, necessariamente, o problema do desemprego.

Tal explica a insensibilidade presente da Lei de OKUN ao aumento do nível de actividade económica.

É o que sucede, actualmente, com a economia americana a crescer ao ritmo de 2,5 – 2,6% ao ano e com uma taxa de desemprego de cerca de 9%.

O problema está no facto de o SBT ser capital-intensivo e, por conseguinte, não gerar todo o emprego necessário à absorção da mão-de-obra excedentária liberta pelo SBNT.

Daí que, concomitantemente com a expansão do SBT, se torne indispensável algum crescimento do SBNT.

Quanto à questão dos paliativos, os mesmos são relevantes na medicina como na política económica, influenciando a componente expectativas do investimento, condicionando o comportamento dos agentes económicos.

Em boa verdade, apresenta-se mais fácil introduzir reformas no Ensino, na Saúde e na Administração Pública se a taxa de desemprego não atingir valores elevados e se não existirem sectores da população a viver em situação de miséria extrema do que na situação contrária, ainda que a obtenção de patamares existenciais mais elevados tenha comportado algo susceptível de ser considerado artificial.

Keynes e os neo-Keynesianos responsáveis nunca advogaram a tese de que os défices orçamentais são sempre desejáveis e que os Bancos Centrais devem estar sempre a emitir moeda, facilitando a vida a governos despesistas.

Keynes só era favorável ao financiamento de défices orçamentais pelos Bancos Centrais em situação de para-recessão ou de recessão, precisamente porque entendia que, em certas circunstâncias, o objectivo de controle da inflação se apresentava menos relevante do que o objectivo de crescimento económico e de combate ao desemprego.

Finalmente, um Estado regulador que intervém, em certas circunstâncias, não tem que ser sobredimensionado, nem tão pouco ineficiente, como aliás sucede em algumas Sociedades do Norte da Europa.

Muito pelo contrário, às vezes – até pela força das circunstâncias – são partidos liberais – conservadores que aumentam o peso do Estado na economia, agravando a carga fiscal e intervindo directamente em certos sectores como o financeiro.

Confundir neo-Keynesianismo com socialismo radical é, por conseguinte, uma profunda manifestação de ignorância.

Mas, minhas senhoras, meus senhores, regressando à crise europeia, tem prevalecido a tese de que o BCE não deveria intervir directamente na aquisição

de dívida soberana, recorrendo-se à criação de um Fundo de Estabilização que deveria assegurar o financiamento dos Estados em situação difícil.

O FEEF, o MEEF e o futuro Fundo de Estabilização Permanente não dispõem dos recursos financeiros indispensáveis à implementação de programas de apoio a países com a Itália, a Espanha e a Bélgica.

Se houver contaminação da crise grega a estes países, a França estará em dificuldades dentro de quatro meses e a própria Alemanha estará em recessão em seis ou sete meses.

A zona do euro poderá implodir, existirão profundas divisões na Europa, alguns países regressarão mesmo a modelos de substituição de importações, proteccionistas, de inspiração nacionalista exarcebada.

A Europa estará, profundamente, enfraquecida, aumentando as suas vulnerabilidades a uma agressão externa.

E, em termos de forças convencionais, existirá um grande desequilíbrio entre a Europa Ocidental e uma importante potência (assente num bloco de poder hegemónico e com efectiva unidade de comando), a qual poderá recuperar parte das fronteiras do extinto Império Soviético.

Mais, a haver uma crise sistémica na Europa, ela poderá afectar a economia americana e a economia mundial, não sendo, porventura, viável, na oportunidade, avançar-se para um Plano Marshall II.

Daí que importe não descurar a *hard defence*, entendida como Sistema Defensivo construído a partir de infraestruturas militares pesadas com capacidade efectiva de dissuasão do potencial inimigo.

Mesmo pequenos países como Portugal, privilegiando a *soft defence* no combate ao terrorismo e à criminalidade, devem ter a sua quota-parte de participação na *hard Defence*.

4. Das conclusões

Estamos numa encruzilhada.

Existem similitudes entre o momento que vivemos e a década de 30 do século passado.

A tendência para uma recessão ou para uma estagnação prolongadas, a emergência das teses proteccionistas e de fenómenos de nacionalismo exacerbado, tudo aponta para a existência de traços comuns.

A Europa Democrática e Livre se pretende sobreviver como tal precisa de enveredar pelo reforço da vertente federalista.

Precisa de um Orçamento mais forte.

Precisa de um Ministro das Finanças.

Precisa de autorizar o Banco Central Europeu a comprar dívida soberana dos Estados Membros.

Precisa de reforçar os fundos estruturais.

Precisa de ajustar o Pacto de Estabilidade, não considerando a parte nacional num investimento compartilhado por fundos estruturais, para efeitos do critério do défice.

E precisa de conciliar a aposta na Soft Defence – incluindo na subversão das organizações que contra ela conspiram - com a manutenção de uma Hard Defence verdadeiramente dissuasora.

Por vezes, aqueles que se dizem os grandes defensores do sistema de economia de mercado, enveredando pela mais estreita ortodoxia, fazem lembrar um velho ditado americano: O teu maior inimigo é o teu maior amigo.

O que é certo, isso sim, é que a Europa e o próprio Sistema Financeiro têm que passar por reformas, se se pretender que o Paradigma da Liberdade, da Democracia e da Livre Iniciativa, na tolerância e na solidariedade, continue a ter a dominância do presente no Futuro.

Como diria o Presidente Roosevelt, temos que fazer reformas, se queremos conservar.

5. Bibliografia

DANIELI; ENGBAHL; SCHLENGER – The psychosocial aftermath of terrorism, American Psychological Association, 2004.

HUDSON, R. A. – The sociology and psychology of terrorism: who becomes a terrorist and why?, Washington, DC, Library of Congress, Federal Research Division, 1999.

KOLTKO-RIVERA; HANCOCK – Psychological Strategies for the Defence Against Terrorism, NATO, PSG, Winter Park, Florida, Out. 2004.

SOUSA, António Rebelo de – Tendências actuais da Espionagem Económica, Ver. Segurança e Defesa, nº 7, Set. 2008.

STOUT, CE – The Psychology of Terrorism, IV vols, Praeger, 2002.